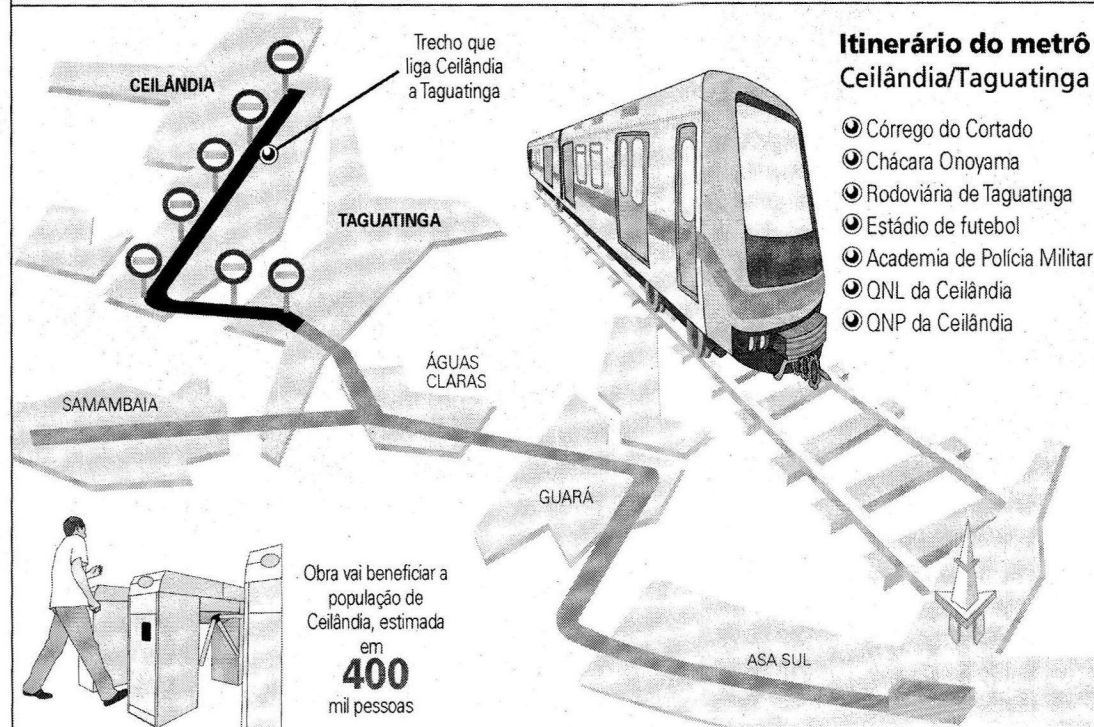




Tadeu Filippelli comemorou a decisão dos ministros do Tribunal de Contas da União

TRECHO PARALISADO



TCU libera as obras do metrô

Tribunal, unânime, acata as explicações da Companhia Metropolitana e dá sinal verde para liberação de recursos

Em votação unânime, o Tribunal de Contas da União (TCU) liberou as obras do metrô, no trecho que liga Taguatinga a Ceilândia, para recebimento de recursos federais. Segundo o parecer do Tribunal, votado ontem, as irregularidades graves foram solucionadas.

A obra beneficia, principalmente, a população de Ceilândia, estimada hoje em, aproximadamente, 400 mil pessoas (segundo último levantamento da Codeplan, a cidade tinha, no ano 2000, 350 mil pessoas). A expectativa da Secretaria de Infra-Estrutura e Obras é dobrar o número de passageiros transportados

diariamente pelo metrô, hoje em 50 mil.

No fim de setembro, o TCU divulgou uma relação de 88 obras em todo o País com indícios de irregularidades graves, entre elas o trecho 3 do metrô, que liga a Praça do Relógio, em Taguatinga, a Ceilândia Sul. Na época, o TCU recomendou à Comissão de Orçamento do Congresso que não fossem liberados recursos para essas obras.

O ministro-relator do caso, Guilherme Palmeira, acatou as justificativas apresentadas pelos diretores da Companhia Metropolitana do Distrito Federal (CMDf) sobre os dois indícios de irregularidades

apontados pelo Tribunal: inexistência de orçamento detalhado para as obras e não adoção do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) de 41,21%.

Palmeira considerou que o orçamento da obra foi apresentado "nos moldes requeridos pela legislação", ou seja, com detalhamento dos custos de mão-de-obra, equipamentos usados e levantamento dos materiais a serem gastos (e custo unitário dos mesmos).

O relator também aceitou o BDI de 42,21% adotado pela Companhia do Metrô. A diferença (1% acima do determinado pelo TCU) foi justificada com base na elevação da alíquota da Cofins de 2% para 3%.

O deputado federal e ex-secretário de Obras Tadeu Filippelli (PMDB-DF) comemorou a decisão do TCU. "Ti-

nha convicção de que as justificativas técnicas seriam suficientes para esclarecer as

"Tinha convicção de que as justificativas técnicas seriam suficientes para esclarecer as dúvidas"

Deputado Tadeu Filippelli

dúvidas", ressaltou.

A decisão do TCU deve garantir, também, que o metrô esteja entre as emendas que a bancada do DF no Congresso vai apresentar ao Orçamento da União para 2004. Existia resistência dos parlamentares da oposição em aceitar a emenda. "Nós aguardávamos essa liberação. Sem as restrições, não temos nenhum impedimento à emenda", garantiu a deputada Maria José Maninha (PT-DF).

Apesar do aval do Tribunal de Contas, a continuidade da obra ainda depende do governo federal. Os recursos pedidos para 2003 (R\$ 50 milhões) estão contingenciados e

nada garante que a União libere verba para 2004. A bancada pretende pedir, pelo menos, mais R\$ 50 milhões. "Não adianta a bancada fazer a parte dela se o governo continuar discriminando Brasília", criticou o deputado José Roberto Arruda (PFL).

No total, o trecho do metrô deve custar R\$ 200 milhões. Até o momento, foram escavados os túneis, construídos os viadutos e feito cerca de 60% de terraplanagem. Falta ainda concluir as estações, instalar o sistema de controle e a montagem do sistema metroviário. Se os recursos forem liberados, a previsão é concluir a obra até o fim de 2004.